

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL, ADENSAMENTOS, ESPAÇOS LIVRES E ESFERA PÚBLICA: ELEMENTOS DO DISCURSO ANALÍTICO PARA ESTUDO DA FORMA URBANA

Manoel Lemes da Silva Neto
Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Resumo

O texto apresenta aspectos teórico-metodológicos relacionados ao estudo da configuração espacial e visa subsidiar a compreensão da forma urbana. O foco analítico está concentrado na abordagem crítico-propositiva. O pressuposto é que a produção do conhecimento pode e deve abrir caminhos para a ação política plural dos agentes sociais. A escolha impõe-se nos mais diversos contextos, mas é particularmente relevante quando se trata de estudos que abordam a temática da esfera pública e, ainda mais, quando associada à configuração espacial e à forma urbana.

Palavras-chave: urbanização; organização espacial; forma urbana; densidade urbana; espaços livres; esfera pública.

SPATIAL CONFIGURATION, URBAN DENSIFICATION, FREE SPACES AND PUBLIC SPHERE: ANALYTICAL ELEMENTS FOR THE STUDY OF URBAN FORM

Abstract

The text presents theoretical-methodological aspects related to the study of spatial configuration and aims to support the understanding of urban form. The analysis focuses a critical-propositional approach. The assumption is that the production of knowledge can and must lead to the political action of the concerned social actors. Such an attitude is necessary in general terms, but is especially relevant when it comes to studies related to the public sphere, and still more important when dealing with spatial configuration and urban form.

Keywords

Urbanization; spatial organization; urban form; urban density; free spaces; public sphere.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa que se denominou “Configurações espaciais da urbanização contemporânea: adensamento urbano, sistemas de espaços livres e constituição da esfera pública no Brasil”. Em específico, abordam-se, aqui, alguns dos elementos de análise que produziram seu corpo teórico, entre os quais densidade urbana, espaço livre e esfera pública, privilegiando, no entanto, este último.

A premissa é que a associação entre tais elementos e a noção geral de configuração espacial (Santos, 1988, p. 75-77) contribui para o estudo da forma urbana. O ponto de partida é a identificação da configuração espacial como categoria central de análise, e o cotejamento dessa categoria com evidências empíricas relacionadas à variável densidade urbana, produzidas em pesquisa anterior¹.

¹ *Subsídios para o desenho de estratégias de sustentabilidade aplicadas à macrometrópole paulista*, POSURB, PUC-Campinas, 2010-2011.

Naquela oportunidade foi possível constatar estreitas correlações entre urbanização e constituição de tecidos urbanos compactos e dispersos. Isto é, entre, fenômeno social e forma urbana. Mas tal inter-relação não pareceu de todo pertinente, especialmente em se tratando de pesquisa na área das ciências sociais aplicadas.

A análise crítica para ser útil, não pode ser apenas discursiva (Id. *ibid.*, p. 9).

Daí o estímulo em continuar aquelas constatações rumo a um papel prospectivo mais bem definido. E de mudanças sociais, que é o que se quer de disciplinas estreitamente vinculadas às políticas públicas de caráter territorial, como é o caso da arquitetura e urbanismo. Daí o prosseguimento daquela pesquisa em outras ideias, como as de agora, que deve passar pelo teste das seguintes hipóteses.

- 1) A análise do adensamento urbano possibilita interpretar as configurações espaciais contemporâneas com grande grau de acuidade, mas é insuficiente para dar conta da explicação satisfatória do processo de urbanização em curso, pois, tal análise, mediada pela composição e organização de objetos na paisagem, reflete a dinâmica social apenas indiretamente. Em complemento indissociável ao sistema de objetos, a análise da urbanização, fenômeno de natureza espacial, requer o emprego de categorias que possibilitem contemplar o sistema de ações em mediação direta com a prática social. A constituição da esfera pública representa, por excelência, a ação política num lugar – construído ou não, livre ou não – da prática social.
- 2) A constituição da esfera pública num lugar revela a dimensão do território praticado pelos agentes sociais em torno de projetos comuns, hegemônicos ou populares, e, como tal, e no caso dos movimentos sociais, as possibilidades objetivas de se conduzir mudanças espaciais favoráveis à defesa de direitos coletivos e de direito à cidade.

No contexto do VI Colóquio da Pesquisa QUAPA-SEL, o interesse envolvido na apresentação deste trabalho é o de discutir dimensões internas da investigação, especialmente quanto à finalidade. Por isso o texto está organizado em duas partes.

Na primeira delineiam-se as circunstâncias originárias da pesquisa. Trata-se de motivações e causas no sentido mais largo, bem como das razões que levaram a inter-relacionar os principais elementos abrangidos na reflexão.

A proposta remete à análise crítico-propositiva e, assim sendo, à busca imprescindível de qualificação da ação política contida no objeto, conduzida pela configuração espacial e, conseqüentemente, implícita à forma urbana. Configuração espacial, esfera pública e espaços livres: suas relações. Tal é o sentido atribuído à segunda parte, e que se conclui com uma agenda de temas de estudos empíricos que se pretende desenvolver em um caso particular: a cidade de Campinas, em São Paulo.

AS CIRCUNSTÂNCIAS

Há, de fato, possibilidades objetivas de surgirem mudanças espaciais francamente favoráveis aos segmentos sociais desprotegidos do processo de acumulação de capital? Em havendo, podem ocorrer sob contextos de economias dependentes (Cardoso e Faletto, 2004)? Apesar das perspectivas otimistas (Souza, 2008), como superar relações estruturais de produção que, até onde se sabe, encontram-se perenizadas (Silva Neto, 2006 (a))?

Ainda sobre a indagação de possibilidades, e no caso das políticas públicas de caráter territorial, como a planificação (Pereira, 1970) – entendendo-a como campo disciplinar amplo, que engloba o urbanismo e o planejamento urbano-regional –, que espécie de limites deve ser forçosamente superada para a resolução de problemas que surgem, por

exemplo, em decorrência da desigualdade socioespacial? Como ultrapassar a barreira da propriedade estruturada no campo do direito civil?

Nos interstícios do urbanismo e do planejamento urbano-regional, onde o plano ideológico habilmente confundiu-se com o discurso teórico (Ramon, 1974; Silva, 1984), mantêm-se lacunas normativas que produzem e reproduzem projetos e políticas territoriais representativas dos segmentos sociais hegemônicos. Como, então, ultrapassar institutos secularmente plantados no corpo legislativo e encravados no próprio desenho da cidade e do território?

Por intermédio da planificação, as possibilidades de direcionamento de transformações significativas na economia, na sociedade e no espaço representam importantíssimo vetor de mudanças sociais. Mas não é o único, nem o mais potente. A outra face da moeda é insurgência da cultura popular (Santos, 2000).

Em face à crise societária contemporânea, revelam-se, autônomas, estratégias socialmente necessárias (Ribeiro, 2005, 2006). Em consequência, alteram-se os cenários de mudanças na medida em que a ação projetual do urbanismo e do planejamento urbano-regional, de natureza prático-reflexiva, e que, por definição, se processa em movimentos descendentes, “de cima para baixo”, não pode ignorar dimensões ascendentes, “de baixo para cima” (Sthör, 1981). O “planejamento crítico” (Souza, 2008) não é tão somente uma possibilidade de ação. Mais parece ser uma exigência historicamente colocada em marcha pelo “urbanismo a partir do outro” (Signorelli, 2011).

Tal reviravolta, que parece inaugurar novo período histórico, o “demográfico” ou “popular” (Santos, 2000), é portadora de fatos novíssimos. A impressão é de se estar assistindo ao surgimento das pré-condições históricas que ultrapassarão as barreiras impeditivas da concretização de espaços pensados para o homem, e não mais para a economia. Ou melhor, também para funcionamento da economia, mas a serviço do homem (Santos, 1986, p. 47-61).

Mas isto pode estar ocorrendo realmente? Em paralelo às expectativas por mudanças essenciais à democratização do uso da cidade, está havendo um abandono sistemático das políticas territoriais. No Brasil, o planejamento urbano-regional vem sendo sistematicamente relegado ao segundo plano (Silva Neto, 2006 (b), 2010 (a) (b)). Por conseguinte, o que explica o avanço dos movimentos sociais, pela reivindicação por direitos territoriais, em paralelo ao recuo do papel do Estado, como agência reguladora da produção e apropriação do território?

Certamente não se trata de desregulação, mas de ação política guiada ao lado de estratégias tais como privatização, terceirização, parcerias público-privadas e outras formas híbridas de gestão do território.

E o que engendra a produção do espaço em uma “metrópole corporativa fragmentada” (Santos, 1990) ou, então, na “cidade neoliberal” (Ribeiro, 2006)?

Indaga-se, como possibilidade de explicação, se o pacto territorial responsável pela produção desse espaço não estaria apoiado na fragmentação de princípios estruturais do uso e da propriedade do espaço público e do espaço privado. Entre eles, fortemente abalado, estaria o princípio da integração, que é vital para sustentação do pacto federativo do país. Como tal, garante a constituição federativa de uma república, como é o caso no Brasil, e, mais amplamente, o interesse comum, que desde o período colonial estrutura a cidade brasileira (Silva, 1984; Marx, 1989, 1991).

Nesse rol de circunstâncias, em que se vislumbra um papel ativo para a teoria social crítica, há outra importante questão de fundo que não pode cair no esquecimento. É a

consideração de um problema de método sem o que o fenômeno espacial simplesmente não se revela. Forma-conteúdo ou, ainda, totalidade indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos (Santos, 1996) constrói o fio condutor que reúne as indagações em torno de um conjunto coerente de argumentos.

Investigar possibilidades objetivas de condução de mudanças espaciais favoráveis aos segmentos sociais desprovidos de poder de barganha, compreender os limites e alcances das políticas públicas de caráter territorial, ponderar a respeito da fragilidade do pacto federativo são, entre outras, indagações constantes, e que decorrem do fato de se estar aqui, agora.

Os últimos 40 anos assistiram a uma transformação radical dos lugares, como também a uma mudança outrora inimaginável do modo como a humanidade representa, para si mesma, uma visão de mundo (Harvey, 1993). E este é um dado fundamental de qualquer análise que parte do presente. Tecnoesfera e psicoesfera, de que falava Milton Santos (1996, p. 203-204), produzem, no território, as condições que possibilitam reunir situações aparentemente antagônicas de racionalidade, irracionalidade e contra-racionalidade. Por isto, também, podem produzir as pré-condições históricas de transformação “do reino da necessidade ao reino da liberdade” (Id. *ibid.*, p. 204-207). Os espaços da globalização, como fábula, são também portadores de elementos que, uma vez refuncionalizados – entre eles, a densidade técnica e a cultura popular – podem conduzir a produção de outros espaços possíveis para usufruto dos dons da vida (Santos, 2000).

Disto tudo decorre: há urgência de juntar forças em torno da compreensão das configurações espaciais nos âmbitos urbano-regional-metropolitano *pari passu* às dinâmicas sociais traduzidas por intermédio do fenômeno da urbanização contemporânea. Forma-conteúdo. Objeto-ação. Fixo-fluxo. Paisagem-sociedade.

É provável que o próprio espaço esteja causando as transformações que idealmente se pensa poder conduzir por meio das técnicas da planificação. E disto sobressai certa dimensão do espaço construído. Hoje, ela adquire importância analítica singular. Trata-se da forma urbana do espaço livre indissociavelmente atrelada ao processo de constituição da esfera pública. Repita-se. Forma-conteúdo. Objeto-ação. Fixo-fluxo. Paisagem-sociedade.

Há outras questões em discussão, como, por exemplo, evidências de que os tecidos urbanos compactos são, em princípio, mais sustentáveis que os tecidos urbanos dispersos. Mas esta não é a questão primordial. A polêmica que envolve a sustentabilidade em torno de variáveis como compactação e dispersão pode ser uma falácia (Silva Neto, 2010 (c)). O próprio tema da sustentabilidade pode, em si, revelar-se um sofisma.

No entanto, o que interessa, é que o estudo sobre a formação de tecidos urbanos, sob tal ou qual configuração, está condicionado à compreensão do fenômeno que os abrange enquanto processo: a urbanização contemporânea. E adiciona outro elemento que elucida a análise das possibilidades de transformações espaciais advindas da participação social na defesa de direitos coletivos. Vale dizer: os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública.

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL, ESFERA PÚBLICA E ESPAÇOS LIVRES: SUAS RELAÇÕES

No campo das ciências sociais e humanas, há, sempre, e na reflexão teórica, a perspectiva de oposição complementar a práxis, que é essencialmente política. De ação política (Arendt, 1983). É a razão para afirmar-se que análises daquela natureza, são, em

princípio, crítico-propositivas, como também que não poderia ausentar-se desta proposta de estudo, direcionada à área de arquitetura e urbanismo, que é, essencialmente, projetual. Portanto, se configuração espacial e urbanização contemporânea, elementos indissociavelmente relacionados, constituem um objeto fundamental de pesquisa, esfera pública e sistemas de espaços livres são conceitos que o qualificam para corresponder às indagações a respeito de práticas libertárias plantadas em princípio.

Os cenários de transformação idealizados pelo planejamento crítico, as mudanças espaciais possíveis sob a insurgência da cultura popular, a lenta, mas contínua consolidação de direitos territoriais, as contra-racionalidades produzidas com a participação social na defesa de direitos coletivos, etc., demonstram vertentes analíticas a respeito de sentidos políticos em curso na produção do espaço na contemporaneidade. Estão inscritas na configuração espacial, desenvolvem-se impulsionadas pelas dinâmicas sociais da urbanização e, particularmente, revelam-se na observação de categorias analíticas tais como esfera pública e espaço livre. São manifestações constituídas essencialmente sob domínio da dimensão pública do corpo social.

Portanto, esfera pública e espaços livres estão incorporados ao discurso analítico para indicar e qualificar direções e sentidos sustentadores de ações políticas.

Quanto a espaço livre, mais especificamente, espaço livre urbano (Magnolli, 1982), e considerado em si, poder-se-ia, genericamente, defini-lo como todo e qualquer espaço livre de edificação que se interponha à percepção de quem observa dada paisagem, visto que, ruas, avenidas e praças, embora considerados no rol de espaços livres, são espaços edificados. Ainda é possível resgatar certa unicidade sistêmica de espaços livres encontrada na paisagem, e, desse modo, tal unicidade, sob abrigo de um sistema de espaços livres, conformar-se-ia por meio de subsistemas de objetos artificiais e de objetos naturais, estes originários da primeira natureza, quase não mais existente (*natura naturans*), ou da segunda natureza (*natura naturata*).

Interessará, no entanto, o espaço livre particularmente associado à esfera pública. Na configuração territorial, a observação desse tipo de espaço expressa a concretude do corpo político de sociedades humanas, e do quanto será possível a presença, neutralidade ou ausência de ação política em prol de direitos civis, políticos ou sociais. Coletivos, comunitários ou individuais.

Imersa, porém, no largo mundo da ontologia, da ética e da política, a conceituação de esfera pública e, por extensão concreta de sentido, o espaço público, este se torna mais e mais intangível porque, a cada dia, desvanecem-se as fronteiras que originariamente instauraram na “cidade antiga” (Coulanges, 1975) dimensões distintas entre comunidade doméstica (*oikos*) e comunidade política (*polis*) (Arendt, op. cit.; Vernant, 1973).

Em princípio, o espaço público – espaço livre, no caso da ágora grega, ou espaço edificado, no foro romano –, está associado às formas de expressão da esfera pública na vida política nas cidades.

O reconhecimento da esfera pública, revelada concretamente no espaço público, tanto pode associar-se a espaços livres, quanto a espaços edificados. E duas referências fundamentais podem contribuir para elucidar tais nuances: Hannah Arendt e Jürgen Habermas. A *vita activa* e a ação política da esfera pública da *polis* e a *ação comunicativa* da esfera pública burguesa da Europa ocidental no século XVIII (Lubenow, 2007).

À GUIA DE CONCLUSÕES

Para testar a coerência interna dessas relações e, em particular, para identificar associações entre configuração espacial e qualificação da ação política, propõe-se o desenvolvimento de seis temas de estudo. Eles serão oportunamente desenvolvidos no âmbito da pesquisa “Configurações espaciais da urbanização contemporânea: adensamento urbano, sistemas de espaços livres e constituição da esfera pública no Brasil”. A proposta é que sejam abordados no caso da cidade de Campinas.

Praças: esfera pública e sistema de espaços livres – Por meio do estudo das praças, propõe-se a análise de conexões possíveis de se estabelecer entre o conceito de esfera pública e a conformação do sistema de espaços (Norberg-Schulz, 1975). Entendendo-se por “praça” todo e qualquer espaço livre de edificação, o estudo deve envolver a observação de logradouros de uso público, tais como parques, jardins, reservas florestais e, evidentemente, as praças, propriamente ditas.

Clubes: territorialidades da esfera pública e sistemas de espaços livres – Os clubes recreativos geralmente ocupam grandes extensões de áreas livres inseridas no perímetro municipal, como também podem situar-se em edificações localizadas em áreas urbanas consolidadas. Em ambos os casos, as conformações espaciais representam explicitamente a estratificação social dos filiados e, desse modo, solidariedades particularizadas de expressão da esfera pública.

Nos clubes, e em consonância às conformações espaciais que assumem, o contrato social fica bastante bem categorizado na relação forma-norma.

Poderes: lugares da mediação público-privada – A ágora grega e o fórum romano são conformações espaciais a que se atribui o sentido originário da vida política, da república, enfim, da esfera pública. No século XVIII, com o iluminismo e o surgimento do Estado moderno, assistiu-se a ressignificação desses princípios, fundando-se, então, a concepção moderna de república sob a constituição de três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Sob esse contexto, e na esfera do município, três conjuntos arquitetônico-urbanísticos passam a conter expressão singular na paisagem urbana: a prefeitura, a câmara e o fórum.

Na explicitação desses significados, a perspectiva é identificar e caracterizar tais mediações nos próprios municipais da prefeitura, na câmara de vereadores e nos fóruns do poder judiciário.

Igrejas: plano simbólico-cultural da esfera pública – O espaço sagrado é revelador da superestrutura na qual a consciência social nas diferentes sociedades humanas está abrigada. Daí a igreja, como elemento mediador entre o sagrado e o profano, entre público, o privado, e a mais privada de todas as dimensões da existência, o plano pessoal da consciência de si.

A cidade, ela própria, consistiu espaço sagrado, e a história comprova a experiência de dessacralização da cidade, acompanhada do uso profano e esvanecimento da esfera pública sob controle das instituições religiosas (Marx, 1989). A proliferação das religiões e a multiplicidade de arranjos espaciais possíveis de abrigar o programa funcional de igrejas é processo associado à “profanação” da cidade.

Bancos: esfera pública e organização espacial da praça bancária – A concepção sistêmica de esfera pública pressupõe a interação de dois subsistemas: o político e o econômico. Partindo-se desse pressuposto, o estudo deve tratar da espacialização do subsistema econômico por meio da identificação das formas urbanas que atribuem materialidade concreta ao mundo das finanças e da economia.

Centra-se na conceituação de praça bancária e deve abordar duas classes de análise: caracterização e configuração espacial. A caracterização identifica a ocorrência e quantificação de instituições e operações bancárias e financeiras existentes na cidade. A configuração espacial diz respeito aos aspectos relacionados à localização, inserção urbana, implantação, acessibilidade, forma arquitetônica, uso e ocupação do entorno imediato.

Estações: lugares de passagem – Levados em conta os deslocamentos materiais de pessoas e de coisas, podem estar, entre um ponto e outro, lugares de passagem entre a origem e destino de um fluxo. Os pontos de origem e de destino também podem ser lugares de passagem, ou de transição a outros pontos. Fala-se, então, de rede de pontos. No caso das pessoas e das firmas, pode-se, ainda, admitir que os lugares de passagem representem transições da esfera pública à esfera privada, e vice-versa.

Assim caracterizados os lugares de passagem são denominados estações, entre os quais: terminais de transportes, intermodais e não, pontos de ônibus, estações rodoviárias e ferroviárias, aeroportos, portos, heliportos e helipontos. Desse modo, as estações revelam deslocamentos e viabilizam transporte e transições em diferentes níveis entre planos públicos e privados.

Há outras particularidades: nódulos geradores de fluxos, as estações estão localizadas em zonas de transição em meio a rotas e, dependendo do caso, ocupam enormes extensões de áreas livres; recorre-se também à análise de conexões possíveis de se estabelecer entre temporalidades e entre o âmbito público – que, relativamente, ao sujeito social, sempre é destino – e o âmbito privado – sempre origem de qualquer deslocamento rumo ao exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento econômico na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COULANGES, Numa Dennis Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Hemus, 1975.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

LUBENOW, Jorge Adriano. *A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MAGNOLLI, Miranda Maria Esmeralda Martinelli. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. Tese de Livre-Docência. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Existência, espacio y arquitectura*. Barcelona: Editorial Blume, 1975. (Nuevos caminos de la arquitectura).

PEREIRA, Luiz. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. 3 ed. São Paulo: Pioneira, 1970. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).

RAMON, Fernando. *Ideologia urbanística*. 2 ed. Madri: Alberto Corazón Editor, 1974. (Comunicación serie B. n.7).

- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: Silva, Catia Antonia da et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimeds Edições, 2005. p. 93-111.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos de ação. *OSAL Observatorio Social de América Latina*, a. VII, n. 21, set.-dez. 2006, p. 23-32.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988. (Geografia: teoria e realidade).
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SIGNORELLI, Carlos Francisco. *O urbanismo a partir do outro*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Campinas, 2011.
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. Recapitulando uma lição difícil: a pobreza tem remédio? In: Silva, Maria Auxiliadora, Toledo Junior, Rubens (Org.) *Encontro com o pensamento de Milton Santos: interdisciplinaridade de sua obra*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2006 (a). p. 97-110.
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. Novas regiões, outros desafios: a regionalização do novo mercado em São Paulo e suas implicações no planejamento urbano-regional. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, 2006, v. XX, n.1, p. 49-75, jan./jul. 2006 (b).
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. Evolução e tendências da gestão metropolitana em São Paulo: aspectos normativos (parte 1). *Arquitextos*, São Paulo, 10.124, Vitruvius, set 2010 (a) <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.124/3584>>.
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. Evolução e tendências da gestão metropolitana em São Paulo: aspectos normativos (parte 2). *Arquitextos*, São Paulo, 10.125, Vitruvius, out 2010 (b) <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.125/3632>>.
- SILVA NETO, Manoel Lemes da. Urbanização contemporânea no Brasil e meio ambiente: compactação e dispersão como tendências de configuração territorial das cidades e como expressão de novas possibilidades de arranjo e de interação sociedade-natureza. In: V Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010 (c).
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo: 1554-1880: discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984. (Coleção Contemporânea).
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- STHÖR, Walter B. *Desarrollo desde abajo: el paradigma de desarrollo de abajo hacia arriba, y de la periferia hacia adentro*. Santiago de Chile: Ilpes, 1981. (Documento CPRD-D/80).

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1973.